

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Primo Menegalli Junior, Diretor Administrativo, e Henrique de Souza Bernadinho na qualidade de contador responsável pela contabilidade da Menegalli Administradora de Consórcio Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.043/0001-81, com sede na Avenida Engenheiro Mesquita, nº 105, bairro Centro, município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, , veem pela presente, apresentar as demonstrações financeiras referente ao 2º semestre de 2025, divulgadas no site <https://consorciomenegalli.com.br/demonstracoes-financeiras>, cumprindo desta forma determinação dos incisos I ao V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 editada pelo Banco Central do Brasil listadas a seguir:

Demonstrações Financeiras:

- *Balanco Patrimonial;*
- *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;*
- *Demonstração de Resultado;*
- *Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos;*
- *Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;*
- *Demonstração dos Fluxos de Caixa;*
- *Demonstração do Resultado Abrangente.*

Diretor Administrativo
Contador CRC: SC-037282/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO

Primo Menegalli Junior, na qualidade de administrador, da Menegalli Administradora de Consórcio Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.853.043/0001-81, com sede na Avenida Engenheiro Mesquita, nº 105, bairro Centro, município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, através da presente DECLARA que as informações contidas nos documentos de demonstrações financeiras remetidas pelo Documento 9010 são verídicas para todos os fins de direito, cumprindo assim o inciso V do artigo 4º da Circular 3.964 de 2019 do Banco Central do Brasil. Por ser declaração da verdade, firmam a presente.

Primo Menegalli Junior

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 31/12/2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. A Menegalli Administradora de Consórcios Ltda., tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de automóveis, motocicletas e bens móveis, oportunizando a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de imóvel residencial ou comercial.

Em 31/12/2025 a empresa administrava 28 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 3.849 consorciados, sendo que, no segundo semestre de 2025, totalizou 2.256 bens entregues. No período, apresentou lucro líquido de R\$ 302.335,00, registrando uma diminuição de R\$ 46.942,00 ou de 13,40% a menos em relação ao primeiro semestre de 2025, as receitas de prestação de serviços de consórcio totalizaram no segundo semestre de 2025 R\$ 2.574.377,00

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31/12/2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	3.361.236	2.200.946	Circulante			
Impostos a Recuperar	05	50.279	35.780	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	09	147.394	149.403
Pagamentos a Ressarcir	06	3.483.820	3.825.917	Provisões para Pagamentos a Efetuar	10	1.616.632	1.459.816
Outros Créditos	07	32.662	34.286	Total do Passivo Circulante		1.764.026	1.609.219
Despesas do Exercício Seguinte		940	906				
Total do Ativo Circulante		6.928.937	6.097.835	Não circulante			
Realizável a Longo Prazo				Recursos a Receber de Cobrança Judicial			
Valores a Receber de Cobrança Judicial				Obrigações tributárias			
				Total do Passivo Não Circulante			
Imobilizado	08	708.348	733.031	Patrimônio Líquido			
Total do Ativo Não Circulante		708.348	733.031	Capital Social	11	1.969.000	1.969.000
				Reservas de Capital		745	745
				Lucros Acumulados		3.903.514	3.251.902
TOTAL DO ATIVO		7.637.285	6.830.866	Total do Patrimônio Líquido		5.873.259	5.221.647
				TOTAL PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		7.637.285	6.830.866

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31/12/2025 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.969.000	745		2.784.101	4.753.846
Resultado do Exercício				467.801	467.801
Constituição de reserva legal			9.187	(9.187)	
Em 31 de dezembro de 2024	1.969.000	745	9.187	3.242.715	5.221.647
Resultado do Exercício				651.612	651.612
Constituição de reserva legal			32.581	(32.581)	
Em 31 de dezembro de 2025	1.969.000	745	41.768	3.861.746	5.873.259
Em 30 de junho de 2025	1.969.000	745	26.651	3.574.528	5.570.924
Resultado do Semestre				302.335	302.335
Constituição de reserva legal			15.117	(15.117)	
Em 31 de dezembro de 2025	1.969.000	745	41.768	3.861.746	5.873.259

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO em 31/12/2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2025	1º Semestre 31/12/2025	31/12/2024
Receitas de Intermediação Financeira		434.345	835.300	645.579
Resultado de Operações com Títulos e Valores Imobiliários	12	434.345	835.300	645.579
Resultado Bruto de Intermediação Financeira		434.345	835.300	645.579
Outras Receitas/Despesas Operacionais		95.262	299.357	216.976
Receitas de Prestação de Serviços	12	2.574.377	5.115.490	4.908.105
Despesas Administrativas	13	(1.399.222)	(2.672.229)	(2.658.742)
Despesas de Pessoal	13	(791.435)	(1.554.122)	(1.521.394)
Outras Despesas Administrativas				
Despesas Tributárias	13	(466.337)	(920.440)	(866.848)
Outras Receitas Operacionais	12	177.879	330.658	355.855
Resultado Operacional		529.607	1.134.657	862.555
Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro		529.607	1.134.657	862.555
Imposto de Renda e Contribuição Social	05	(227.272)	(483.045)	(394.754)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício		302.335	651.612	467.801
Número de Cotas		1.969.000	1.969.000	1.969.000
Lucro/Prejuízo líquido por Quota		0,15	0,33	0,24

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS em 31/12/2025 (Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	31/12/2024	31/12/2024		2º Semestre 2025	31/12/2024	31/12/2024
Disponibilidade no Inicio	7.029.255	6.156.967	6.619.686	(-) Recursos Utilizados	(17.767.588)	(33.627.740)	(32.661.714)
Disponibilidades	11.785	34.894	151.397	Aquisição de Bens	(14.666.424)	(27.607.107)	(26.090.873)
Aplicações Financeiras grupo	1.396.437	1.156.727	1.838.972	Taxa de Administração	(2.343.075)	(4.585.406)	(4.376.096)
Aplic. Fin. Vinc. Contemplação	5.621.033	4.965.346	4.629.317	Multas e Juros moratórios	(48.601)	(89.860)	(84.413)
				Prêmio de Seguros Pagos	(183.067)	(359.079)	(360.960)
(+) Recursos Coletados	17.761.612	34.494.052	32.198.995	Custas Judiciais			
Contr. para Aquisição de Bens	14.549.175	28.299.350	26.304.635	Devolução de Consorciados Desligados	(333.361)	(657.983)	(974.330)
Taxa de Administração	2.338.468	4.577.051	4.364.208	Outros	(193.060)	(328.305)	(775.042)
Contr. Fundo de Reserva	74.747	141.141	94.329				
Rend. Aplicações Financeiras	340.650	616.674	406.034	Disponibilidades no Final do Período	7.023.279	7.023.279	6.156.967
Multas e Juros moratórios	96.390	179.473	168.617	Disponibilidades	21.935	21.935	34.894
Prêmio de Seguro	185.153	360.439	360.698	Aplic. Financeiras do grupo	1.359.727	1.359.727	1.156.727
Custas Judiciais			189	Aplic. Fin Vin. Contemplação	5.641.617	5.641.617	4.965.346
Reemb. Despesas de Registro							
Outros	177.029	319.924	500.285				

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO em 31/12/2025 (Em milhares de reais)					
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	21.935	34.894	Obrigações Com Consorciados	18.889.172	17.539.516
Aplicações Financeiras	7.001.344	6.122.073	Valores A Repassar	156.172	154.253
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Normais	18.502.730	17.375.960	Obrigações por Contemplações a Entregar	5.569.687	4.965.346
Direitos Junto a Cons. Contemplados - Em Atraso	711.040	530.558	Obrigações com Administradora	20.000	57.000
Direitos Junto a Cons. Contem - Em Cobr. Judicial	626.760	518.438	Recursos a Devolver a Consorciados Ativos	1.789	2.783
Total do Ativo Circulante	26.863.809	24.581.923	Ativos - Pelo Rateio		
			Recur. a Devolver a Consorciados Desligados	986.649	972.359
Compensação			Recursos do Grupo	1.240.341	890.666
Prev. Mensal de Rec. a Receber de Consorciados	1.728.947	1.633.417	Total do Passivo Circulante	26.863.810	24.581.923
Contribuições Devidas ao Grupo	69.107.998	67.626.218			
Consortiados - Bens a Contemplar	67.778.553	66.439.204	Compensação		
Total Compensação	138.615.498	135.698.839	Recursos Mensais a Receber de Consorciados	1.728.947	1.633.417
			Obrigações do Grupo por Contribuições	69.107.997	67.626.218
Total do Ativo	165.479.307	160.280.762	Bens ou Serviços a Contemplar	67.778.553	66.439.204
			Total Compensação	138.615.497	135.698.839
			Total do Passivo	165.479.307	160.280.762

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 31/12/2025 (Em milhares de reais)			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2º Semestre		
	2025	31/12/2025	31/12/2024
a) Resultado Líquido Ajustado	316.794	680.496	489.530
Lucro (Prejuízo) Líquido Do Período/Exercício	302.335	651.612	467.801
Depreciação	14.459	28.884	21.729
b) (Acréscimo) Decréscimo Do Ativo	151.291	329.187	(3.037.834)
Outros Créditos	(30.863)	1.624	(248)
Impostos a Recuperar	(10.939)	(14.499)	25.279
Pagamentos a Ressarcir	193.670	342.097	(3.063.080)
Despesas do Exercício Seguinte	(577)	(35)	215
Valores a Receber de Cobrança Judicial			
c) Acréscimo (Décrécimo) Do Passivo	28.475	154.807	(11.377)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(12.686)	(2.009)	20.763
Provisão Para Pagamentos a Efetuar	41.161	156.816	(32.140)
Recursos a Receber de Cobrança Judicial			
Obrigações Tributárias Diferidas			
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	496.560	1.164.490	(2.559.681)
Fluxo de Caixa Das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Ativos Imobilizados		(4.200)	(1.893)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(4.200)	(1.893)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Distribuição de Lucros			
Caixa Líquido Usado Nas Atividades de Financiamentos			
Aumento (Diminuição) Líquido de Caixa e Equivalentes	496.560	1.160.290	(2.561.574)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.864.676	2.200.946	4.762.520
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.361.236	3.361.236	2.200.946

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE em 31/12/2025 (Em milhares de reais)			
	2ºSemestre 2025	31/12/2025	31/12/2024
Resultado Líquido do Exercício	302.335	651.612	467.801
Outros Resultados Abrangentes			
Resultado Abrangente Total do Exercício	302.335	651.612	467.801

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Menegalli Administradora de Consórcios Ltda., com sede em Araranguá/SC, iniciou suas atividades em 1983 e tem por objeto a formação e administração de grupos de consórcios em geral, obedecendo aos preceitos legais. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Instituição atua, e representam a sua posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Declaração de conformidade**
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular BACEN nº 3.624/13.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 02 de fevereiro de 2026.

b) **Moeda funcional e de apresentação**
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Menegalli Consórcios. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em Reais (R\$).

c) **Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros**
(I) **Normas aplicadas em 2025**

Resolução BCB n.º 178, de 19 de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo. A Resolução BCB n.º 178/2022 entrou em vigor em 01.01.2025.

A implementação da norma não gerou impacto na Menegalli Consórcios devido ao contrato de curto prazo.

(II) **Novas normas a serem aplicadas em períodos futuros**

Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro 2023: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Revoga as Resoluções nº 219 de 30/03/2022 e nº 309 de 28/03/2023. Esta Resolução entra em vigor: em 1º de janeiro de 2024, em relação ao art. 24, 100, 101 e aos incisos X e XI do art. 107. Em 1º de janeiro de 2027, em relação ao Capítulo IV do Título II e em 1º de janeiro de 2025, em relação aos demais dispositivos

A Menegalli Consórcios concluiu que os novos requerimentos não apresentam impacto significativo na classificação e mensuração de seus ativos financeiros. As categorias que eram mensuradas ao custo amortizados de acordo com as normas anteriores (aplicações interfinanceiras de liquidez e outros ativos financeiros), substancialmente continuam a ser mensuradas desta forma. A Menegalli Consórcios não utiliza instrumentos de hedge na operação. Demais dispositivos com início em janeiro de 2027 a Administração está avaliando seus impactos.

3.1 Da Administradora

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Receita de taxa de administração

Conforme item 9 do CPC 47, o processo de reconhecimento da receita se inicia com a identificação do contrato, sendo que a entidade deve contabilizar os seus efeitos somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- (i) as partes aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (ii) a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (iii) a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (iv) o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e,
- (v) for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

O reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor quando devido. Nesse sentido, a contraprestação destas cotas será reconhecida como receita quando do seu efetivo recebimento, devido à incerteza de sua realização financeira.

A obrigação de desempenho da Menegalli é cumprida com a prestação de serviços relacionados à formação, organização e administração dos grupos de consórcio até o seu encerramento. Em consonância com as características intrínsecas do produto a maior parte dos pagamentos realizados pelos clientes ocorrem dentro da competência.

O valor da receita reflete a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para o cliente. O preço da transação é definido contratualmente como um percentual do valor do bem de referência e não está sujeito a reduções.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo inicial de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O principal ativo mensurado nessa categoria é: Aplicações interfinanceiras de liquidez que correspondem às operações compromissadas efetuadas juntos as instituições financeiras e são registradas pelo valor da aplicação ou aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

Custo amortizado

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

Passivos subsequentemente mensurados ao custo amortizado – o principal passivo mensurado nessa categoria é: Pagamentos a efetuar.

(iii) Reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros regulares são reconhecidas na data de negociação data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (Impairment).

f) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição e a depreciação é reconhecida pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo equipamentos de informática e veículos - 20% e móveis, utensílios e instalações - 10%, nos termos da Resolução BCB Nº 6, de 12 de agosto de 2020.

h) Avaliação do valor recuperável de ativos

Conforme Resolução BCB Nº 120, de 27 de julho de 2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis e estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito à perda do seu valor recuperável.

i) Passivos Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “*pro-rata die*”.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$20.000 mensais (R\$240.000 para o ano). A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias utilizando-se as alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

k) Eventos subsequentes

De acordo com a Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem às demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados nessas demonstrações financeiras.

3.2 Dos Grupos de Consórcio

a) Disponibilidades

Representa os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de grupo, por ocasião das assembleias, não incluindo a taxa de administração sobre os mesmos.

b) Direito junto a consorciados contemplados

Representa os recursos a receber dos consorciados já contemplados (Fundo Comum e Fundo de Reserva), incluídos os direitos em atraso e em cobrança judicial, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão dos recebimentos de contribuições de consorciados (Fundo Comum e Fundo de Reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem em 31 de dezembro de 2025.

d) **Contribuições devidas ao grupo**

Referem-se às contribuições (Fundo Comum e Fundo de Reserva) devidas pelos consorciados ativos até o encerramento do grupo.

e) **Obrigações com consorciados**

Representam os valores registrados como obrigações junto aos consorciados devendo ser mantidos controles individualizados, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

f) **Valores a repassar**

Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

g) **Obrigações por contemplações a entregar**

Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

h) **Recursos a devolver a consorciados**

Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

i) **Recursos dos grupos**

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

j) **Obrigações do grupo por contribuições**

Representam todas as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo, a título de fundo comum e de fundo de reserva, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

k) **Valor dos bens ou serviços a contemplar**

Representam valor total dos bens ou serviços a entregar em assembleias futuras, incluídas suas atualizações, até o final do grupo, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

3.3 Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupo

a) Recursos coletados

Representam recursos coletados dos grupos dos grupos de consórcios e os rendimentos financeiros decorrentes. O valor mensal da contribuição para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos calculado com base em: Valor do bem adquirido, taxa de administração, fundo de reserva e seguros.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de apuração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

b) Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para: entrega do bem, repasse de taxa de administração, repasse de prêmio de seguro, devoluções e distribuição de valores remanescentes do fundo de reserva.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos utilizados para gestão de caixa da companhia estão alocados em caixa, depósitos bancários à vista e em fundo de investimento.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1.406	2.681
Depósitos bancários à vista	11.847	62.571
Aplicações Fundos de Investimentos	3.347.983	2.135.694
Total	3.361.236	2.200.946

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Para negociação	3.347.983	2.135.694
Total	3.347.983	2.135.694

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

Fundo de Investimento Renda Fixa LP	3.347.983	2.135.694
	3.347.983	2.135.694

A remuneração das aplicações teve rendimento médio de 12,00% a 14,15% ao ano.

A partir de janeiro de 2022, os recursos dos grupos encerrados contabilmente passaram a ser contabilizados em contas de compensação, de acordo com a Resolução BCB nº 156/2021.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 05 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	50.279	35.780
Total	50.279	35.780

2º Semestre

Resultado do Exercício	2025	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ Corrente	(163.935)	(348.827)	(284.436)
CSLL Corrente	(63.337)	(134.218)	(110.318)
Total	(227.272)	(483.045)	(394.754)

NOTA 06 - PAGAMENTOS A RESSARCIR

	31/12/2025	31/12/2024
Grupos (a)	3.483.820	3.825.917
Total	3.483.820	3.825.917

Os pagamentos a ressarcir referem-se às seguintes operações:

- a) O montante de R\$ 3.483.820 (R\$ 3.825.917 em 2024) refere-se a valores de empréstimos realizados pela Administradora aos grupos de consórcio encerrados. Destina-se a viabilizar a devolução dos valores a consorciados desistentes ou excluídos. O ressarcimento dos recursos à Administradora é efetuado por ocasião da disponibilidade de caixa nos grupos (devolução) e mediante recuperação dos valores via cobrança judicial.

NOTA 07 - OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de Salários	32.427	34.286
Serviços Prestados a Receber	235	-
Total	32.662	34.286

NOTA 08 – IMOBILIZADO

	Taxa Anual de	Custo	Depreciação	Valor Residual	
	Depreciação	Corrigido	Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	-	400.000	-	400.000	400.000
Edificações	4%	352.000	(102.360)	249.640	263.719
Móveis e Equipamentos de uso	10%	350.235	(306.362)	43.873	49.393
Sistema de Processamento Dados	20%	51.587	(36.752)	14.835	19.919
Sistema de Transporte	20%	39.590	(39.590)	-	-
Total		1.193.412	(485.064)	708.348	733.031

NOTA 09 - [OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS](#)

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão CSLL	9.613	6.123
PIS	6.020	6.380
COFINS	28.426	29.801
ISS	22.258	22.893
Impostos e Contribuições s/ Salários	80.235	83.408
Outros	842	798
Total	147.394	149.403

NOTA 10 - [PROVISÕES PARA PAGAMENTOS A EFETUAR](#)

	31/12/2025	31/12/2024
Recursos Não Procurados	1.331.300	1.266.842
Salários e Ordenados a Pagar	70.609	-
Provisão de Férias	165.253	166.039
Credores Diversos	49.470	26.935
Total	1.616.632	1.459.816

NOTA 11 – [PATRIMÔNIO LÍQUIDO](#)

11.1 – Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 1.969.000 dividido em 1.969.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

Sócios	Quotas	Valor em Reais - R\$
Primo Menegalli	1.949.313	1.949.313
Primo Menegalli Junior	19.687	19.687
Total	1.969.000	1.969.000

11.2 – Reserva Legal

Conforme Resolução BCB nº 234 de 27/07/2022 a empresa realizou a destinação de 5% do lucro do semestre para fins de reserva legal. Esta não deverá ultrapassar o limite de 20% do capital social.

NOTA 12 - [RECEITAS](#)

	2º Semestre		
	2025	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento Títulos de Renda Fixa	434.345	835.300	645.581
Taxa de Administração	2.574.377	5.115.490	4.908.105
Serviços Prestados	67.116	137.151	115.180
Recuperação Encargos e Despesas	110.763	193.507	238.014
Outros	-	-	2.659
Total	3.186.601	6.281.448	5.909.539

NOTA 13 - [DESPESAS OPERACIONAIS](#)

	2º Semestre		
	2025	31/12/2025	31/12/2024
Processamento de Dados e Sistemas	(166.118)	(321.862)	(300.546)
Honorários	(115.200)	(230.400)	(230.400)
Encargos sociais	(197.505)	(398.838)	(379.006)
Proventos	(596.545)	(1.061.818)	(1.142.388)
Comissões	(596.344)	(1.141.820)	(1.031.710)
Serviços técnicos especializados	(35.112)	(100.865)	(95.975)
Depreciação	(14.459)	(28.884)	(28.665)
Despesas Bancárias	(133.057)	(235.361)	(257.054)
Impostos e Taxas Diversas	(120.610)	(229.676)	(208.382)
Impostos Municipais	(130.642)	(261.199)	(251.516)
Impostos Federais	(215.084)	(429.563)	(406.950)
Outras despesas	(336.318)	(706.505)	(714.392)
Total	(2.656.994)	(5.146.791)	(5.046.984)
Despesas Administrativas	(1.399.222)	(2.672.229)	(2.658.742)
Despesas de Pessoal	(791.435)	(1.554.122)	(1.521.394)
Despesas Tributárias	(466.337)	(920.440)	(866.848)
Total despesas operacionais	(2.656.994)	(5.146.791)	(5.046.984)

NOTA 14 - [POSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS](#)

	31/12/2025	31/12/2024
Grupos em Andamento	28	28
Número de Participantes		
Ativos	3.849	3.716
Excluídos	1.572	1.700
Bens Entregues	2.256	2.175
Bens Pendentes de Entrega	233	230
Taxa de Inadimplência		
Contemplados	16,63%	15,04%
Não Contemplados	9,07%	8,93%

NOTA 15 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa média de administração praticada para os grupos de consórcios foi de acordo com os seguintes percentuais:

	31/12/2025	31/12/2024
Automóveis	14,47%	14,71%
Motocicletas	18,00%	18,00%
Imóveis	19,98%	19,98%
Bens Móveis	15,41%	15,52%

NOTA 16 - CONTINGÊNCIAS

Cíveis

A Instituição não possui ações de devoluções de parcelas pagas, de quitação de dívida via seguro e danos morais impetradas por consorciados, classificadas pelo assessor jurídico como probabilidade de perda provável ou possível.

NOTA 17 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. A Empresa possui exposição para os seguintes riscos:

Riscos de taxas de câmbio

A Empresa não está exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Empresa possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Empresa incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que a Empresa está sujeito. A Administração mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Empresa.

Ativos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	3.361.236	2.200.946
Caixa e equivalentes de caixa	3.361.236	2.200.946
Mensurado ao custo amortizado	7.195.771	4.859.425
Pagamentos a Ressarcir	3.483.820	3.825.917
Outros Créditos	32.662	34.286
Total dos ativos financeiros	10.557.007	7.060.371
Passivos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Mensurado ao custo amortizado	1.616.632	1.459.816
Provisões para Pagamentos a Efetuar	1.616.632	1.459.816
Total dos passivos financeiros	1.616.632	1.459.816

NOTA 18 - EVENTO SUBSEQUENTE

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025.

NOTA 19 – MANUAL DE CONTROLE INTERNO

Na data base de 31 de dezembro de 2025, a empresa disponibiliza o manual de controles internos, cuja divulgação já foi realizada junto às lideranças e disponibilizado a todos os colaboradores.

A Ouvidoria dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio de sistema de processamento de dados específico, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação atendendo a todos os consorciados registrados em seus controles, em todos os pontos de vendas e representações que a empresa possui.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações financeiras da **Menegalli Administradora de Consórcios Ltda.** (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2025 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Menegalli Administradora de Consórcios Ltda.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2025 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 3.1 – (item b), a Administradora não procedeu com a adoção completa às práticas contábeis, relacionadas a Resolução BCB nº 120, que trata do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, por não possuir condições seguras no seu sistema informatizado para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação das receitas antecipadas e despesas antecipadas. Consequentemente, pela ausência de um sistema de software adequado às alterações, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos relevantes nos saldos do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 que possam ter afetado ativos e passivos circulantes e o resultado do exercício, bem como as correspondentes demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Estas alterações não abrangem as demonstrações de recurso de consórcios e disponibilidade de grupos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 apresentadas comparativamente foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer em 25 de março de 2025 com ressalva acerca do CPC 47 – Receita de contrato com cliente. E com relação as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025 apresentadas comparativamente foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do parecer em 08 de agosto de 2025 com ressalva acerca do CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Criciúma (SC), 13 de fevereiro de 2026.
Murilo César Klein – Contador CRC (SC) nº 030755/O-5
Martinelli Auditores - CRC (SC) nº 001.132/O-9

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Local e Data Araranguá/SC 24/02/2026